

El Lector Piadoso: Recomendaciones y consejos sobre la lectura de libros de piedad publicados en Portugal en el siglo XVIII

Mauro Dillmann*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

Resumen:

Este trabajo tiene como objetivo identificar y analizar las recomendaciones y los consejos que los autores de algunos libros de devoción publicados en Portugal en el siglo XVIII hicieron a sus lectores. Tales discursos revelan cómo los autores que se refirieron a sus lectores y expresaron advertencias y la conducción de la lectura deseada, las maneras en que las obras deben ser interpretadas, los juicios de autores sobre los sentidos, los significados y la importancia que los manuales deben tener en la vida de los creyentes/lectores. Interesa, por lo tanto, destacar el «diálogo», «discurso», «hablar» del autor con el lector, deducir formas y razones de lectura e interpretación en la consolidación de las virtudes morales cristianas entre los sujetos católicos.

Palabras clave:

Literatura Religiosa, Escritura, Lectura, Prólogos, Portugal.

To Pious Reader: recommendations and advice on reading in devotional manuals published in Portugal in the 18th century

Abstract:

This text aims to identify and analyze the recommendations and advice that the authors of some devotion manuals published in Portugal in the 18th century made their readers. Such speeches reveal how the authors referred to their readers and expressed the warnings and conduction of the desired reading, the ways in which the works should be interpreted, the judgments of the authors themselves about the senses, the meanings and the importance that the manuals should take in the lives of the faithful/readers. Matter, therefore, highlight the «dialogue», the «speech», the «conversation» of the author with the reader, inferring ways and reasons of reading and interpretation on consolidation of Christian moral virtues among the Catholic subjects.

Key words:

Religious Literature, Writing, Reading, Prologues, Portugal.

1. INTRODUÇÃO

Portugal do século XVIII prolongava modelos de conduta espiritual e religiosa do século anterior,¹ com a produção, tradução e publicação de livros religiosos com ensinamentos cristãos de teor moral, doutrinário e teológico. Tratavam-se dos manuais de devoção, uma

literatura religiosa constantemente escrita por jesuítas, franciscanos, dominicanos, oratorianos, entre outros –das mais diversas concepções teológicas e doutrinárias– com objetivos de modelar condutas sociais e com intenção de orientar e conduzir os fiéis/leitores em suas vidas cotidianas, ensinando-os a viver de acordo com as virtudes e «verdades» católicas.² Entende-se manuais de devoção não

Recibido: 14-IV-2016. Aceptado: 3-VIII-2016.

* Professor no Instituto de Ciências Humanas e da Informação e do Programa de Pós-Graduação em História. Dirección para correspondencia: maurodillmann@hotmail.com

¹ SANTOS, Z. «Luzes e espiritualidades. Itinerários do século XVIII», in AZEVEDO, C.M. (Dir.), *História Religiosa de Portugal*, v. 2, Humanismos e Reformas, Lisboa, 2000, p. 42.

² Para Portugal, veja-se, por exemplo: ARAÚJO, A.C. *A morte em Lisboa: atitudes e representações, 1700-1830*, Lisboa, 1997 e para a Espanha, veja-se: ÁLVAREZ SANTALÓ, L.C., *Así en la terra como en el cielo. Libro e imaginario religioso en la España moderna*, Madrid, 2012 e CASTILLO GÓMEZ, A., *Libros e Leituras na Espanha do Século de Ouro*, Tradução Cláudio Giordano, Cotia-São Paulo, 2014.

como um gênero literário uno e homogêneo e também não apenas como livros voltados exclusivamente às instruções sobre modos de devotar, de realizações de súplicas e orações. Embora existam estudos históricos, filosóficos e teológicos que identificam livros de espiritualidade como tratados de ascética ou como de conteúdo doutrinário e/ou teológico que se diferenciam por concepções distintas de piedade cristã, estamos entendendo como «manuais de devoção» os livros religiosos (de moral, de oração e de doutrina), escritos por diferentes ordens religiosas da Igreja Católica que, sobretudo no período pós-tridentino, pressupunham a necessidade de divulgação de devoções, de comportamentos religiosos ideais, de determinadas maneiras de expressar a fé, além de ensinamentos sobre as diferentes maneiras de se pensar a religião católica e sua prática, tendo em vista as diferentes correntes de espiritualidade que, à época, compunham a Igreja Católica; um conjunto de livros religiosos que, por finalidade última, tinham por objetivo instruir a respeito das possibilidades de salvação da alma.³

Segundo João Francisco Marques, no século XVIII português «adensa-se a espiritualidade comum que parece dirigir-se a um público vasto e diverso», caracterizada pela persistência da procura pelos «místicos do Norte»⁴ e de sua espiritualidade, juntamente com «o misticismo de São João da Cruz e a piedade afetiva»⁵ proveniente de São Francisco de Sales, o rigorismo dos jacobitas e dos simpatizantes do ideário jansenista, o culto do Coração de Jesus e o alvorecer das luzes».⁶ Vale ressaltar que o movimento da jacobiteia foi «pautado por um extremo rigor ascético em luta aberta contra a relaxação da disciplina conventual e da moralidade».⁷ A jacobiteia, segundo Evergton Sales, surgiu na primeira década do século XVIII e buscava transformar a face do catolicismo português com ação pastoral reformadora. Os primeiros jacobitas, os «eremitas

de Santo Agostinho do Colégio da Graça de Coimbra, foram acusados por alguns confrades de adotar comportamento cismático e de oposição aos sentimentos da comunidade».⁸ Já o jansenismo foi uma «corrente tridentina do pensamento católico» com concepções teológicas, eclesiológicas e morais. Em termos teológicos, «o jansenismo se caracteriza pela adoção de um agostinismo ‘radical’»; em termos eclesiológicos, o jansenismo é marcado pelo episcopalismo e pelo regalismo; em termos morais, era fortemente rigorista e exigente.⁹ Trata-se, portanto, no dizer de Zulmira Santos, de um «mosaico de convergências, persistências e reformulações»¹⁰ em termos de espiritualidades no setecentos português, contexto no qual inúmeros livros religiosos foram escritos tanto para reformar a vivência espiritual dos leigos e dos clérigos, quanto para reafirmar a especificidade católica do Reino de Portugal.

Estes textos devotos, de influências espirituais tão variadas, também muito interessados em ensinar o fiel a se preparar para a morte, multiplicaram-se e atingiram o auge de publicações e reedições em meados do século XVIII,¹¹ coincidindo com a ampliação do comércio livreiro português e o costume de se ler «bons livros».¹² No Século de Ouro espanhol, por exemplo, entre os considerados «bons livros» estavam, segundo Castillo Gómez,¹³ as obras do Frei Luís de Granada, do Frei Pedro de Alcantara, vidas de santos – especialmente o *Flos Sanctorum* –, obras de Teresa de Ávila, além de biografias e autobiografias religiosas. Estas mesmas leituras também eram de sucesso em Portugal, ao que acrescentaríamos a obra *Imitação de Cristo*, de Thomas Kempis. Em formatos pequenos, os livros religiosos eram apresentados, pelos próprios autores, como manuais práticos, inclusive adjetivados comumente como «livrinhos», como obras facilmente compreensíveis por seu modo breve de expor a doutrina e os ensinamentos neles contidos, como destacaremos mais adiante.

³ Ver FLECK, E.C.D., DILLMANN, M., «Escrita, práticas de leitura e circulação de manuais de devoção entre Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX», *Revista História, Histórias*, vol. 2, n.º 4 (2014), pp. 44-60.

⁴ O destaque dos «místicos do Norte» foi J. Eckhardt (1260-1329?) com sua espiritualidade de tom predominantemente afetivo. «Este movimento de espiritualidade, através da prática da oração mental, do desprezo do mundo e da união com Deus, terá contribuído para o exercício de um discurso simbólico renovado também por um vocabulário...». CARDOSO, J.M.P., *O Canto da Paixão nos séculos XVI e XVII: a singularidade portuguesa*, Coimbra, 2006. João Marques cita outros representantes destes «místicos», como João Taulero (1290-1361), Henrique Suso (1295-1366), Geraldo Groote (1340-1384), Tomás de Kempis (1379-1471), Nicolau Eschio (1507-1578). MARQUES, J.F. «A palavra e o livro», in AZEVEDO, C. M. (Dir.), *História Religiosa de Portugal*, v. 2, Humanismos e Reformas, Lisboa, 2000, p. 420.

⁵ Na verdade, a afirmação de uma espiritualidade afetiva foi impulsionada pelo movimento da *devotio moderna*, a reforma no interior da Igreja Católica, anterior ao século XVI, quando monges transcreveram livros de espiritualidade, dedicaram-se a uma vida contemplativa, rejeitaram a teologia escolástica e centraram-se na vivência interior do fenômeno religioso. Veja-se: BORGES, C.M. «Espiritualidade Mística na Península Ibérica – séculos XVI e XVII», *Lócus*, v. 10, n.º 2 (2004), p. 37.

⁶ MARQUES, J.F., *Op. Cit.*, p. 422.

⁷ *Ibidem*.

⁸ SOUZA, E.S., «Mística e moral no Portugal do século XVIII. Achegas para a história dos jacobitas», in BELLINI, L., SOUZA, E.S. y SAMPAIO, G.R. (Org.), *Formas de Crer: ensaios de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XIV-XXI*, Salvador, 2006, pp. 107-110.

⁹ Para aprofundamento, ver SOUZA, E.S., «Jansenismo e reforma da Igreja na América Portuguesa», in *Atas do Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, Lisboa, 2005. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/evergton_sales_sousa.pdf. Acessado em 16 março 2016.

¹⁰ SANTOS, Z., *Op. Cit.*, 2000, p. 44. Sobre correntes de espiritual

idade, notadamente a dos jacobitas, ver SOUZA, E.S., «Mística e moral no Portugal do século XVIII», *Op. Cit.*

¹¹ Ver, ARAÚJO, A.C., *A morte em Lisboa*, *Op. Cit.*

¹² SILVA, M.B.N., *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*, São Paulo, 2013, p. 262.

¹³ CASTILLO GÓMEZ, A., *Op. Cit.*, pp. 125-133, 199.

Neste artigo, nosso interesse está centrado na análise das páginas iniciais de alguns destes livros religiosos, nos chamados paratextos –os elementos de configuração textual que moldam uma obra/um livro: título, subtítulo, prefácios, posfácios, avisos, notas de rodapé, epígrafes, etc.¹⁴ – especialmente em um dos elementos que constituem o entorno do texto: os prólogos (entendidos aqui como sinônimos de prefácios e preâmbulos). Segundo Cécile Bertin-Elisabeth o prólogo é um dos elementos que acompanham as obras de relevante importância por ser uma «zona de transição» estratégica, uma «etapa do primeiro contato entre o leitor e o autor que pretende regular a leitura». Assim, o prólogo estabelece «o contato de leitura mediante a constituição voluntária de certo horizonte de espera, ou poderíamos dizer, de um verdadeiro guia de instruções». Situado entre o título e as primeiras palavras de um texto, o prólogo «pretende ganhar a atenção e a confiança do leitor». ¹⁵ Todavia, para o pesquisador Aldo Ruffinato, o prólogo é mais do que uma «zona de transição», mas um «lugar de transação», o «lugar em que a instância autoral estipula um contrato com o leitor baseando-se nos recursos que lhe parecem mais convenientes para ganhar sua atenção, docilidade e benevolência». ¹⁶ Segundo o pesquisador italiano Aldo Ruffinato, ¹⁷ o prólogo é

«o lugar privilegiado do paratexto, do qual mais claramente se percebe o diálogo entre o destinador (emissor) e destinatário (receptor) e de onde o destinador (geralmente, o autor) formaliza um primeiro pacto com o destinatário (o leitor) convidando-o a tomar uma atitude interpretativa bem determinada.»

O objetivo é analisar como os autores dialogavam com seus leitores, como se referiam a eles, como construíam suas advertências de leitura, como julgavam suas próprias obras e, fundamentalmente, como conduziam a leitura desejada e as interpretações possíveis nos prólogos dos seus livros. Na ampla historiografia dedicada ao campo da leitura de livros religiosos, não encontramos trabalhos focados diretamente nesta problemática que nos interessa neste artigo. O historiador espanhol José Freitas Carvalho, por exemplo, diz que está menos interessado nos leitores previstos ou desejados (os destinatários) do que nos programas de leitura propostas por diretores espirituais e nas concretas leituras aconselhadas a concretos leitores.

Nosso interesse, ao contrário, centra-se justamente nestes «leitores previstos» pelos autores dos livros e as relações que estes autores constroem com seus supostos leitores. ¹⁸

O teórico-literário alemão Hans Robert Jauss (1921-1997) destacou que

«Para a análise da experiência do leitor ou da ‘sociedade de leitores’ de um tempo histórico determinado, necessita-se diferenciar, colocar e estabelecer a comunicação entre os dois lados da relação texto e leitor. Ou seja, entre o *efeito*, como o momento condicionado pelo texto, e a *recepção*, como o momento condicionado pelo destinatário para a concretização do sentido como duplo horizonte – o interno ao literário implicado pela obra, e o mundivivencial, trazido pelo leitor de uma determinada sociedade.» ¹⁹

Nesse sentido, o interesse deste artigo centra-se naquilo que é condicionado pelo texto, no processo histórico em que ele é produzido, na «concretização do sentido», considerando apenas o horizonte «interno ao literário», ou seja, aquele implicado pela obra, e não o sentido trazido pelo leitor. Interessa-nos considerar o «horizonte de expectativa interna ao texto», derivável do próprio texto, e não o «horizonte de expectativa social». ²⁰ Vale ainda apontar a observação do teórico da literatura José Luís Jobim, quando observou que a própria obra incorpora à sua estrutura elementos direcionadores de sua interpretação

«predispõdo seu público a recebê-la de maneira bastante definida, por intermédio de avisos, sinais visíveis e invisíveis, traços familiares ou indicações implícitas, que poderiam despertar a lembrança do já lido, ensejar expectativas quanto a meio e fim do texto ou conduzir o leitor a determinada postura emocional, antecipando o horizonte de compreensão em que se dará a leitura.» ²¹

Assim, tal como alertou outro teórico literário alemão, Wolfgang Iser (1926-2007), o texto «invoca a convenção de um contrato entre autor e leitor, indicador de que o mundo textual há de ser concebido, não como realidade, mas *como se fosse realidade*», pois os «autores jogam com os leitores» e o texto «é resultado de um ato intencional». ²² A filósofa Regina Zilberman ²³ destacou que «as épocas ou as sociedades constituem horizontes de expectativa dentro dos

¹⁴ RUFFINATTO, A., «El lugar del destinatario y del narratario en la picaresca. ¿Texto o paratexto?», in ARREDONDO, M.S., CIVIL, P. y MONER, M. (Eds.), *Paratextos en la literatura española (siglos XV-XVIII)*, 111, Madrid, 2009, p. 151, livre tradução.

¹⁵ BERTIN-ELISABETH, C., «Entre alcahuetas y pícaros. Cómo se escribe, escondiéndola, la marginalidad en los prólogos», in ARREDONDO, M.S., CIVIL, P. y MONER, M. (Eds.), *Paratextos en la literatura española (siglos XV-XVIII)*, 111, Madrid, 2009, p. 179 (livre tradução).

¹⁶ RUFFINATTO, A. *Op. Cit.*, pp. 151-165, livre tradução.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ FREITAS CARVALHO, J., *Lectura Espiritual en La Península Ibérica (Siglos XVI-XVII). Programas, recomendaciones, lectores, tiempos y lugares*, Salamanca, 2007.

¹⁹ JAUSS, H.R., «Estética da recepção: colocações gerais», in

_____ *et. al.*, *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*, coordenação e tradução de Luiz Costa Lima, Rio de Janeiro, 1979, p. 73.

²⁰ JAUSS, H.R., «Estética da recepção», *Op. Cit.*, p. 73.

²¹ JOBIM, J.L., «Literatura, teoria e história», *Ipotesi, Revista de Estudos Literários*, v. 5, n.º. 2 (2001), p. 73

²² ISER, W., «O jogo do texto», in JAUSS, H.R. *et. al.*,

A literatura e o leitor, Op. Cit., p. 107.

²³ ZILBERMAN, R., «Recepção e leitura no horizonte da literatura», *Alea*, v. 10, n.º. 1 (Jun. 2008). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2008000100006&lng=en&nrm=iso; Acesso em 14 de dez. 2014.

quais as obras se situam. Essas expectativas advêm da compreensão prévia do gênero [no caso, manuais de devoção], da forma [pequenos livros, simples, leves] e da temática das obras anteriormente conhecidas» [livros de devoção, de oração, de bem morrer, de ascética, etc.].

Tem-se clareza de que a produção de sentido por parte do leitor, a interpretação feita do texto lido, vai além do que aquilo que o autor «*quis dizer*» para ser alcançado pelo leitor.²⁴ Mesmo assim, o presente texto busca analisar justamente esse «*quis dizer*» do autor, ou seja, não toma como ponto de análise a leitura, mas sim as indicações de leitura. Sendo assim, buscamos empreender uma análise do diálogo autor-leitor considerando os *horizontes de expectativas* do texto para com os leitores no contexto luso setecentista; trata-se de analisar as construções interpretativas que são estabelecidas pelos autores, a partir de suas *bagagens culturais* – cabe lembrar que os autores são também leitores – de modo a conduzir a interação do leitor com a obra. É preciso ressaltar, entretanto, que o leitor cria o texto, realiza uma operação própria e peculiar, pois como destacou Michel de Certeau, o leitor «não toma nem o lugar do autor nem um lugar de autor. Inventa nos textos a ‘intenção’ deles. Combina os seus fragmentos e cria algo não-sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir uma pluralidade indefinida de significações». ²⁵ Michel de Certeau, ao analisar obras místicas dos séculos XVI e XVII, considerou as «maneiras de fazer» dos textos que formulam «a intenção do leitor». Desse modo, focamos nestas construções/formulações daquilo que se imaginava ser a intenção do leitor, geralmente presentes nos prólogos «referindo-se às práticas de seus destinatários» e também em como o texto «fala» ao seu leitor.²⁶

Segundo o historiador Roger Chartier,

«o modo de ler, que é ditado pelo próprio livro ou por seus intérpretes, oferece o arquétipo de todas as formas de leitura, não importa quais sejam. A caracterização desses modos de leitura é, portanto, indispensável a qualquer abordagem que pretenda reconstruir a maneira como os textos puderam ser apreendidos, compreendidos e manipulados.»²⁷

Valorizamos aqui os «modos de ler» os textos religiosos – e não as práticas de leitura em si²⁸ – com importante atenção às estratégias de escrita e proposições dos autores com as publicações. As leituras feitas de modo coletivo, em voz alta e com determinados fins, como o exercício ascético, também se valia de estratégias que a conduziam para dada interpretação. Vale atentar para a observação de Antonio Gómez que ao analisar a leitura comunitária nos conventos da Espanha do Século de Ouro, destacou: «A leitura (...) não deve ser entendida como a possibilidade de uma interpretação livre dos textos».²⁹ A análise das proposições dos autores, aqui proposta, não recai, vale reforçar, sobre as formas de escrita dos textos religiosos a partir de seu conteúdo e de suas concepções doutrinárias, mas sim, única e exclusivamente sobre os textos dos prólogos.

Em termos empíricos, este artigo pauta-se na análise dos prólogos de dez manuais de devoção publicados em Portugal entre o final do século XVII e a primeira metade do século XVIII e que atualmente estão presentes nos fundos dos arquivos da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) ou nos da Biblioteca Joanina (BJ). Se estes foram os fundos consultados, é válido dizer que as mesmas obras não são documentos únicos, sendo facilmente localizadas em outros arquivos europeus. Não abordamos manuais exclusivamente portugueses, mas sim, alguns entre aqueles que, no século XVIII, foram publicados em Portugal, sejam obras traduzidas, sejam obras reeditadas. Como o objetivo não está em fazer uma análise material destes livros, tampouco classificá-los a partir de suas correntes de espiritualidade ou concepções de reforma religiosa ou mesmo de fazer uma análise do objetivo de cada obra e as formas de escrita dos mesmos, apresentamos abaixo as obras consultadas em ordem alfabética a partir do último sobrenome do autor.

ABELLY, Luis. [1729]. *As verdades principais e mais importantes da fé*.³⁰

ARBÍOL, António. [1746]. *Desenganos místicos*.

DEUS, Manoel de. [1728]. *Peccador convertido ao caminho da verdade*

DEUS, Manoel de. [1730]. *Catholico no templo exemplar*.

²⁴ MOSCATELI, R., «História Intelectual: a problemática da interpretação de textos», in LOPES, M.A. (Org.), *Grandes nomes da história intelectual*, São Paulo, 2003, p. 50.

²⁵ CERTEAU, M., *A invenção do cotidiano: I. As artes de fazer*, Petrópolis, 1994, p. 262.

²⁶ CERTEAU, M., *A fábula mística: séculos XVI e XVII*, v. 2, tradução Abner Chiquieri, Rio de Janeiro, 2015, pp. 204, 212.

²⁷ CHARTIER, R., «Textos, impressão, leituras», in HUNT, L., *A nova história cultural*, trad. Jefferson Luiz Camargo, São Paulo, 1992, p. 227.

²⁸ Roger Chartier focou sua análise nas práticas de leitura, logo, evidenciou críticas à teoria da recepção, acusada de não considerar o «intervalo» entre o texto e a leitura, «o espaço no qual o significado é criado». Chartier – apontando para a dinâmica da leitura, os suportes da leitura e os diversos usos possíveis do texto – estava atento ao perigo de simplificação da «relação direta e imediata entre o ‘texto’ e o leitor, entre os ‘signos textuais’ usadas pelo autor e o ‘horizonte de expectativa’ daqueles aos quais ele se dirige». CHARTIER, R., «Textos, impressão, leituras», *Op. Cit.*, p. 220.

²⁹ CASTILLO GÓMEZ, *Op. Cit.*, p. 118.

³⁰ Tanto a Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa quanto a Biblioteca Joanina, de Coimbra, guardam exemplares da edição de 1729.

GOMES, Antonio Marques. [1751]. *Corte Celeste*.
 MADRE DE DEUS, José da.³¹ [1766]. *Avisos para bem morrer*.
 NIEREMBERG, João Eusébio.³² [1692]. *Diferença entre o temporal e o eterno*.³³
 ODEMIRA, Gil Osório. [1752]. *Polyanthea angélica, ou Rosa mystica de Maria Sanctissima*.
 SANTA CLARA, Pedro de. [1752]. *Amigo e conselheiro fiel*.³⁴
 ZAMBRANA, Joseph de Barcia.³⁵ [1727]. *Despertador christiano marial*.³⁶

Três fatores justificam a escolha destes manuais: primeiro, o fato de estas obras estabelecerem claramente em seus prólogos a «conversa» com o leitor, problema central focado neste artigo; em segundo, por ser um recorte representativo desta literatura num universo maior de publicações que circularam na primeira metade do século XVIII português; por fim, por considerar que muitas destas obras não se restringiram a Portugal, circulando também pela América portuguesa.³⁷ Na segunda metade do século XVIII, por exemplo, muitos mercadores de livros e também livreiros do Rio de Janeiro comercializavam obras de devoção. Maria Beatriz Nizza da Silva³⁸ apontou diversas destas obras, tanto aquelas que eram devolvidas para Lisboa por não se conseguir vender, quanto aquelas de maior comercialização. Entre as obras devolvidas, *Diários do cristão*, *Diálogo dos mortos*, *Reflexões sobre a misericórdia de Deus*, *Dissertações sobre o estado religioso*; já entre aquelas de maior número de exemplares estavam

Pensamentos cristãos, *Orações mentais* e folhinhas de Santa Bárbara. O universo de manuais publicados em Portugal, selecionados para análise neste artigo, são apenas uma pequeníssima parcela dessa abundante literatura que defendia mudanças morais a partir de condutas religiosas. Segundo o espanhol José Freitas Carvalho³⁹ a literatura de espiritualidade que circulava na ibéria estava centrada nos meios de condução à perfeição, se propondo a transformar a leitura em oração pela via da meditação ou da contemplação, através de diversas modalidades como obras de ascese, de piedade e de biografia, autobiografia ou diários de pessoas devotas. O objetivo final era demonstrar os diferentes caminhos possíveis de unir as almas a Deus, que era objeto da perfeição cristã.

Em se tratando de vivências religiosas em Portugal, é preciso ressaltar, como bem ponderou o historiador Evergton Sales que o catolicismo não era praticado com rigorosos fervores, cabendo aos bispos, às ordens religiosas e aos seculares «a difusão de uma mensagem capaz de provocar a adesão dos fiéis a um programa de reformas em suas vidas, norteadas pelos princípios da religião católica». ⁴⁰ Entre os séculos XVI e XVIII foram constantes as tentativas de reforma da cristandade portuguesa, com publicações de obras que visavam a instruir tanto simples fiéis quanto os próprios párocos.⁴¹

Feitas estas considerações –à título de introdução– passamos a analisar, na sequência: 1) A quem se destinavam os manuais de devoção; 2) as diferentes relações autor-

³¹ Natural de Lisboa onde professou no Instituto Seráfico da Província da Arrabida no Convento de Nossa Senhora da Conceição, em 1729. MACHADO, D.B., *Bibliotheca Lusitana, Histórica, Crítica e Chronologica*, na qual se compreende a notícia dos autores portugueses e das obras que compuseram desde o tempo da promulgação da lei da graça até o tempo presente. Tomo IV, Lisboa, 1759, p. 215.

³² João Eusébio Nieremberg (1595-1658), jesuíta espanhol que ingressou na Companhia de Jesus em 1614 e professou em 1633. Estudou Teologia na Universidade de Alcalá e ensinou História Natural a partir de 1625 no Colégio Imperial de Madri. Publicou inúmeras obras, tanto religiosas quanto científicas, destacando-se em temas como astronomia e astrologia, como *Curiosa filosofia y terero de maravillas de la naturaleza* (1630) e *Ocultia filosofia* (1633). Ver mais em: www.epdlp.com. Entre outras obras religiosas deste jesuíta, destacam-se *De la hermosura de Dios y su anabilidad por las infinitas perfecciones del ser divino* (1660), *Vida de San Ignacio de Loyola* (1631), *Catecismo romano e praticas da doutrina christã* (1678).

³³ A primeira edição desta obra data de 1640, conforme PIRES, M.L.G., *Para uma leitura intertextual de 'Exercícios Espirituais' do Padre Manuel Bernardes*, Lisboa, 1980. A Biblioteca Joanina, de Coimbra, guarda edições de 1676, 1711 e 1741. A Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, guarda edições de 1676, 1681, 1692 (utilizada neste texto), 1701, 1711, 1741. E a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui edição de 1643 e de 1653. Foi publicada também no século XX, pois o Arquivo do Memorial Jesuíta da Unisinos/RS possui edição de 1945.

³⁴ Um livrinho com pequenas mensagens, com o objetivo de ser lido diariamente, localizado nos fundos do arquivo da Biblioteca Nacional de Portugal.

³⁵ A referência mais completa sobre este religioso foi apontada por Jaime Márques: «Joseph de Barcia y Zambrana, obispo de Cádiz y Algeciras, y canónigo de la catedral de Toledo, ostentaba el importante título de 'Vicario General de la Armada del Mar Océano'». MÁRQUES, J.V., «Sermones contra la autoridad: dos casos del siglo XVIII», in ÁVILA, J.R. (Ed.), *Estudios coloniales II*, Santiago, 2002, p. 19.

³⁶ A Biblioteca Joanina, em Coimbra, possui edições deste manual de 1694, 1695, 1727 (utilizada neste texto). A Biblioteca Nacional de Portugal, de Lisboa, guarda edições de 1693, 1690 e 1727. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro tem edições de 1693, 1694, 1695.

³⁷ No período colonial, especialmente no século XVIII, diversas obras religiosas ingressaram no Brasil. Considerando os limites deste texto, apenas cita-se aqui alguns trabalhos que, sob diferentes interesses de pesquisa, abordaram e/ou citaram livros religiosos que circularam pela América portuguesa: SOUZA, L.M., *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*, 2ª. ed., São Paulo, 2009 [1986]; VILLALTA, L.C., «O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura», in SOUZA, L.M. (Org.), *História da Vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, São Paulo, 1997; ALGRANTI, L.M., *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa (1750-1821)*, São Paulo, 2004; BORREGO, M.A.M., «Entre as fazendas da loja e os trastes da casa: os livros de agentes mercantis em São Paulo setecentista», in ALGRANTI, L.M. e MEGIANI, A.P., *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX)*, São Paulo, 2009, pp. 229-255; RIBEIRO, M.A. y SANTOS, L., «A livraria da Fazenda Santa Cruz», in ENGENMANN, C. y AMANTINO, M., *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*, Rio de Janeiro, 2013, pp. 145-179; FLECK, E.C.D. y DILLMANN, M., «Os sete pecados capitais e os processos de culpabilização em manuais de devoção do século XVIII», *Topoi, Revista de História*, v. 14, n.º. 27 (2013), pp. 285-317.

³⁸ SILVA, M.B.N., *Op. Cit.*, pp. 266-267.

³⁹ FREITAS CARVALHO, J., *Op. Cit.*, pp. 14-15.

⁴⁰ SOUZA, E.S., «Mística e moral no Portugal do século XVIII», *Op. Cit.*, 2006, p. 107.

⁴¹ *Ibid.*, p. 108.

leitor nas representações e referências ao sujeito que lê; 3) as recomendações e conselhos de leitura num diálogo estabelecido pelo texto visando a conduzir o fiel/leitor na interpretação pretendida pelo autor; 4) as considerações e os juízos dos próprios autores sobre a relevância das suas obras.

2. MANUAIS DE DEVOÇÃO E SEUS POSSÍVEIS LEITORES

Nas páginas iniciais das obras –prólogos, preâmbulos, prefácios, cartas ao leitor– os autores destacavam os motivos pelos quais os manuais eram publicados, a quem se destinavam as obras, a quem se dedicavam as palavras de devoção neles contidas.

Nos séculos XVII e XVIII houve grande número de publicação dessa literatura, com muitas edições, reedições, traduções e elevado número de tiragens. O sucesso destes manuais era até mesmo reconhecido pelos próprios autores. No prólogo da obra *Peccador convertido ao caminho da verdade* [1728],⁴² o padre Manoel de Deus⁴³ destacava: «São tantos os livros espirituais, que quem se não aproveitar, será por não querer», ou «há muitos livros espirituais cheios de tantas luzes». O religioso ainda justificava sua obra dizendo que «todo o cristão deve ser espiritual, se quer ser cristão; mas nesta vida espiritual, nem todos chegam à mais perfeita; eu me satisfaço, que por esta breve direção recebam muitos os primeiros alentos; que logo buscarão outros livros, que os ensinem a ser mais santos».

Na obra francesa *As verdades principais e mais importantes da fé e da justiça cristã*,⁴⁴ com tradução portuguesa em 1729, o autor, o bispo Monsieur Luis Abelly,⁴⁵ alertava quanto «a multidão de livros que se tem composto para manifestar mais claramente as verdades da nossa fé». Já Manoel de Deus, em *Catholico no templo exemplar e devoto* [1730],⁴⁶ justificava a publicação deste manual pelo

sucesso de seu título anterior, destacando que «grande aceitação, com que recebeste o livro do *Pecador Convertido*, manifesta[da] no extraordinário gasto, que em dois anos tem feito trabalhar várias impressões, saindo da primeira cinco mil volumes, me pôs em obrigação de te servir de novo com este Manual». Interessante atentar para a referência à «grande aceitação», às «várias impressões» e ao número declarado de cinco mil exemplares publicados, número bastante expressivo para a época, quando o universo de letrados aumentava gradativamente em Portugal.

Também há de se atentar para a grande permanência, no tempo, da utilização destes manuais pelos leitores, chegando, em alguns casos, a dois séculos de sucesso editorial. Essa constatação de longa permanência, no tempo, da leitura de determinados livros religiosos diz respeito, segundo Marisa Deaecto,⁴⁷ ao hiato sempre existente «entre o momento de edição da obra e sua recepção por um amplo público, de modo que uma geração não pode negar totalmente os livros da tradição». O livro *Cuidai-o bem*, apresentado como um «meio breve, fácil e seguro para se salvar», anônimo francês, traduzido para o português também anonimamente e publicado em Évora no ano de 1674, apresenta indícios de posse e leitura até o século XIX. O exemplar, minúsculo, que consultamos na Biblioteca Nacional de Portugal, aponta, na primeira página a assinatura do Bispo de Zoara, ano de 1778; no verso, a assinatura de José Fernandes Magdalena e a indicação do ano de 1853.

Visto que eram livros religiosos de grande sucesso de edição e de leitura, interessante atentar para quem os escrevia, bem como para os autores que influenciavam os discursos presentes nos manuais. Os escritores dos manuais de devoção eram fundamentalmente, mas não apenas, homens do clero regular. Considerando que a literatura religiosa era produzida com relativa ocorrência desde a Baixa Idade Média, no início do século XVIII, o padre espanhol Antônio Arbiol (1651-1726)⁴⁸ citava na sua obra *Desenganos*

⁴² Esta obra circulou pela América Portuguesa, sendo, uma das mais frequentes presentes em bibliotecas analisadas por VILLALTA, L.C., «O que se fala e o que se lê», *Op. Cit.*, pp. 360-361. Cabe destacar que as obras de Manuel de Deus «tiveram grande aceitação entre os devotos e tiveram várias reimpressões». A este manual –*Peccador convertido*– Innocência da Silva no seu *Diccionario bibliographico portuguez* (1860, p. 408) fazia referência em meados do século XIX dizendo ser «ainda hoje a mais procurada». E emitia a seguinte opinião: «creio que dos nossos livros místicos só pode disputar-lhe primazia em número de edições e consumo de exemplares o *Mestre da vida* de Fr. João Franco». A Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, guarda exemplares das edições de 1728, 1743, 1744 e 1781. Neste artigo utilizamos a edição de 1728, disponível no arquivo da Biblioteca Joanina, em Coimbra.

⁴³ Segundo Innocência da Silva, Manuel de Deus era franciscano, natural de Amieira, no arcebispado de Évora, Portugal. Estudou na Universidade de Coimbra e recolheu-se ao seminário do Varantojo, onde professou em 1715. Morreu repentinamente em 1730, com 35 anos. Foi autor de três obras, *Catholico no templo, exemplar e devoto* [1730]; *Luz e methodo fácil para todos os que quizerem ter o importante exercicio da oração mental* [1729]; *Peccador convertido ao caminho da verdade* [1728]. SILVA, I. *Diccionario bibliographico portuguez*. Estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomo IV, 1860, p. 408.

⁴⁴ Esta obra estava no inventário dos livros do bispo de Pernambuco Dom Thomaz da Encarnação Costa e Lima, 1784. VERRI, G.M.W., *Tinta sobre papel. Livros e leitura em Pernambuco no século XVIII, 1759-1807*, Recife, 2006, p. 140. A edição consultada aqui é de 1729 e encontra-se nos fundos do arquivo da Biblioteca Nacional de Portugal. No entanto, a Biblioteca Joanina, de Coimbra, também guarda exemplar desta edição.

⁴⁵ Luis Abelly (1603-1691), foi padre francês em Paris e posteriormente, bispo em Rodez. Foi autor também de *Medulla theologica* (1705) e *Corona del año chistiano o meditaciones sobre las principales y mas importantes verdades del Evangelio de JesuChristo* (1744).

⁴⁶ A Biblioteca Nacional de Portugal possui exemplares de 1713 e 1730.

⁴⁷ DEAECTO, M. *O Império das Letras: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*, São Paulo, 2011, p. 150.

⁴⁸ Nascido em Saragoça, na Espanha, professando no Instituto Regular de Observância São Francisco. Entre outras funções religiosas foi visitador de Valência e Burgos, visitador apostólico nas Ilhas Canárias e qualificador da Inquisição em Aragão. Foi autor de inúmeras obras religiosas, todas com muitas edições no século XVIII. Destaca-se aqui algumas: *Visita de enfermos y exercicio santo de ayadar á bien morir*, *Estragos de la luxura y sus remedios conforme a las divinas escrituras*, *La familia regulada con la doctrina de la Sagrada Escritura*.

*místicos*⁴⁹ [1746], inúmeros autores que haviam se dedicado à contemplação, mística teológica, meditações e oração mental. Os nomes citados por Arbiol indicam os autores que serviam tanto como referências para os escritores dos manuais, quanto como leituras consagradas na época. Entre eles, cita S. Dionysio Areopagita, Santo Thomás de Aquino, S. Boaventura, S. Francisco de Sales, S. João da Cruz, Santa Thereza de Jesus, os Veneráveis PP. Taulero, Gerson, Hugo Vitorino, Henrique Arfeo, Fr. Thomé de Jesus, Filipe da Trindade, Sandeo, Domingos de Jesus Maria, Nagera, Bartholomeu de S. Basilio, Alvares da Paz, Diogo de Jesus, Guadalupe, Gansel, Viana, Fr. João de Jesus Maria, Gregório Garcia, Gelense, Navarro, Valgornera, Francisco de Santa Maria, Nicolao de Jesus Maria, Francisco de Santo Thomás, Villa-Lobos, Gondinez, S. Bernardo, S. Boaventura, Santo Ignacio de Loyola, S. Pedro de Alcantara, os veneráveis padres Fr. Luis de Granada, Alonso Rodrigues, Maldonado, Luis de La Puente, Isidoro de Leon, João Bauséo, Nicolao Abacino, Francisco Costero, Dionísio Casthusiano, Vincencio Bruno, Duardo Ervéo, Christóvão Mayor, Paulo de Barrio, Molina, Espinola, Francoti Barti, Capella, Cegula, Alvarado, Villa Castim, Falconi.

Além de citar todos estes consagrados autores de livros religiosos, Antônio Arbiol justifica sua escrita a partir da consideração e reconhecimento de que, como membro do clero regular, possuía dever perante o divino e o humano: «todos os que professamos o estado religioso, fomos devedores a Deus, e ao mundo», motivo pelo qual «me resolvi a ocupar-me nesta obra».

Se a escrita destes livros era dever do religioso perante o divino, cabe destacar as ideias abordadas e os objetivos das publicações. Geralmente esses manuais promoviam a imitação dos santos e de sujeitos exemplares da vida devota, as obras traziam assuntos variados como descrição de graças e indulgências papais, exercícios de oração íntima, instruções sobre a realização de confissões e comunhões, instruções para o comportamento devoto, «remédios» para combater os males da alma, entre outros.

O manual *Devoto instruído na vida* [1828 (1786)],⁵⁰ do Fr. Manoel de Maria Santíssima (17??-1802),⁵¹ buscava «instruir os símplices e pequeninos do Senhor nos rudimentos da Fé, na verdadeira piedade e santa devoção». Entre os vários manuais analisados, é comum encontrarmos expressões como «a fim de te instruir», «para te inspirar sentimentos»,

«me animei em (...) ordenar a este Manual, a fim de te instruir, confiando naquele Senhor, por cuja causa escrevo, dirigirá a minha pena para te inspirar sentimentos vivos da verdadeira piedade, e instruções proveitosas na solida devoção; e me dará graça, para que praticando comigo, o que te insinuo, chegue a ser menos imperfeito, aspirando com mais fervor, e desvelo a perfeição da devoção, que me falta.»⁵²

A busca pela humildade exigia do escritor um reconhecimento de suas próprias fraquezas e/ou fragilidades, como insuficiência intelectual, frieza do espírito e baixa perfeição religiosa. O autor, nesse caso, ainda revela estar em Deus o pretexto de sua escritura e destaca sua intenção de *inspirar* sentimentos de piedade ao leitor que poderia alcançar um estado de perfeição devota superior a sua.

Segundo Federico Palomo,⁵³ os textos de caráter devoto se dirigiam a públicos diversificados, tanto religiosos como seculares, destinados a servirem de alimento ou entretenimento espiritual. Os manuais eram indicados às pessoas de ambos os sexos, sujeitos jovens ou senis. Alguns eram dedicados especialmente às mulheres, às senhoras, consideradas mais piedosas e inclinadas às virtudes e devoções.⁵⁴ Outros eram destinados preferencialmente aos homens que, como chefes de família, podiam conduzir instruções doutrinárias, como se percebe no prólogo da obra de Antônio Marques Gomes, professo da Ordem de Cristo, *Corte Celeste*⁵⁵ [1751]: «e se fores pais de família, ordena, como todos aqueles a quem estás obrigado a doutrinar, e dar exemplo, se aproveitem, principiando pelo sacramento da penitência». Tais exemplos, principalmente

⁴⁹ Publicada em Madri em 1713, 1715, 1729, 1733, 1741, 1784, 1789; Coimbra em 1746 (exemplar que aqui utilizamos, disponível na Biblioteca Joanina); Lisboa em 1736, 1765. Ver Catálogo Biblioteca Nacional de Portugal (www.bnportugal.pt) e www.xiloca.com.

⁵⁰ Utilizamos aqui a edição publicada em Lisboa em 1828 em conformidade com a edição de 1786, presente nos fundos do arquivo da Biblioteca Joanina. A Biblioteca Nacional de Portugal guarda exemplares de 1784, 1787, 1792, 1800, 1823, 1855. Rodrigues e Dillmann constataram que esta obra possuiu, no mínimo, sete edições em 70 anos e que uma biblioteca universitária brasileira (PUC-Minas) guarda um exemplar de 1800. RORDRIGUES, C. y DILLMANN, M., «‘Desejando pôr a minha alma no caminho da salvação’: modelos católicos de testamentos no século XVIII», *História Unisinos*, 17 (1), 1-11 (jan/abr 2013), p. 04.

⁵¹ Manoel de Maria Santíssima foi «venerável» e Guardião do Convento de Varantojo, professou em 1764, pertencendo à Congregação de Jesus da Boa-Morte, da Ordem de São Paulo. Entre outras obras, escreveu *História da fundação do real convento e seminário do Varantojo; A novena de São Francisco; Compêndio doutrinal histórico*. RODRIGUES y DILLMANN, *Op. Cit.*, 2013, p. 04.

⁵² SANTÍSSIMA, M. M., *Devoto instruído na vida e na morte...* Lisboa, 1828. Grifos nossos.

⁵³ PALOMO, F., «Anaquels de Sacra Erudición: libros y lecturas de un predicador en el Portugal de mediados del siglo XVII». *Lusitania Sacra*, nº. 2, v.18, (2006), p. 139.

⁵⁴ ENCARNACIÓN, J.M., *Museo espiritual, manual de Señoras, para que en la diversion de el metro gusten las dulzuras de la devocion, y eviten la peligrosa ociosidade* [1745].

⁵⁵ No *Diccionario bibliographico portuguez*, Innocência Francisco parece não conhecer o autor de *Corte Celeste*, dizendo ser Antonio Marques Gomes um «autor incógnito» e sua obra com «linguagem própria do gosto do tempo» que entraria para a «classe dos muitos livros ascéticos que ninguém lê». A avaliação de que «ninguém lê» do dicionário é de meados do século XIX, e seu embasamento talvez seja pelo fato de que a obra, localizada no Arquivo da Biblioteca Joanina de Coimbra, publicada na famosa oficina de Antonio Pedrozo Galvão tenha tido apenas uma edição, em 1751; SILVA, *Op. Cit.*, 1860.

quanto a execução de rezas e devoções, repassados pelo homem à sua família, eram promessa de felicidade: «Felicíssimo serás, se assim o fizeres, e felicíssimos serão todos». Havia ainda aqueles dedicados à «mocidade cristã», como a obra *Cuidai-o bem* [1674], sob a justificativa de que «todos [...] desejam lograr a ditosa eternidade». Estes livros podiam e deviam ser úteis tanto ao clero secular quanto aos leigos devotos, fato constatado no prólogo da obra de Luis Abelly, *As verdades principais* [1729], quando dizia ser sua obra disposta de modo que «pudesse servir principalmente a dois gêneros de pessoas, isto é, àquelas que tem por profissão ensinar as verdades da nossa fé nos catecismos e instruções familiares; e também a outros que quisessem aprender e tomar maior luz destas mesmas verdades».

Visto o que eram os manuais de devoção, quem os escrevia, com quais intenções eram publicados, o que abordavam e a quem eram destinados, passamos a analisar as referências utilizadas pelos autores aos leitores nos prólogos.

3. REFERÊNCIAS AO LEITOR

Os autores da literatura religiosa portuguesa do século XVIII referiam-se de variadas formas aos seus leitores, principalmente nos prólogos, nas introduções e nos preâmbulos quando se dava de forma mais evidenciada a «conversa» com o leitor/interlocutor.

A partir da análise do conjunto de manuais apresentados, percebeu-se a presença de adjetivações utilizadas pelos autores religiosos quando se referiam aos leitores, dentre as quais destacam-se com frequência: pio leitor, timorato leitor, amado leitor, benigno leitor, devoto leitor, amigo leitor, católico leitor, benévolo leitor, cristão leitor, desapaixonado leitor. Ou ainda, a forma mais vaga «a quem ler este livro».

Nota-se a preocupação dos autores em representar seus leitores como sujeitos verdadeiramente cristãos, com atributos de bondade, devoção e temor (timorato). A afabilidade e a benevolência do cristão estariam também representadas como (in)quietude espiritual, receio do pecado e do engano, pois todo fiel deveria rever suas atitudes e sentimentos, vivendo com pensamento na hora da morte e na condição da alma na eternidade, logo, amedrontado e temeroso. O padre José da Madre de Deus, na obra *Avisos para bem morrer* [1766] dispensava o termo «amigo»: «Se me ei de conformar com a matéria, que escrevo, não é preciso chamar-te amigo; que te faço, te poderá ser importante, por força te ei de achar benévolo».

Eram nos prólogos, também chamados de «prólogo ao leitor», «proêmio», «aos que lerem», que os autores

poderiam fazer o que chamavam de conferência do autor com aquele que lê ou «tradução» da obra a ser lida. Eram nestes espaços do texto impresso que os autores mais apropriadamente «conversavam» com seus leitores. No prólogo da obra *Peccador convertido ao caminho da verdade* o padre Manuel de Deus (1728, p. 167) destacava: «Muitas cousas verás neste livro imperfeitas». Essa conversa também se dava ao longo do texto: «Suponho que estas com ânimo de abraçar esta santíssima devoção; e para que recebas dela utilidades, que Maria Santíssima quer, lê com atenção o Capítulo seguinte». O diálogo era caracterizado por certezas (*verás*), suposições (*suponho*) e afirmações (*lê*) a fim de garantir a cumplicidade e a aproximação com o leitor, o qual, na estratégia retórica, era tomado ou como pleno devoto conhecedor da doutrina católica (*verás (...) imperfeitas*), ou como aquele disposto a devotar (*ânimo de abraçar (...) para que recebas*). Além da referência à virtude devota do leitor, havia também aqueles que o mencionavam como dotado de razão: «Amado leitor, solidamente raciocinável e verdadeiramente cristão», dizia o prólogo de um minúsculo livrinho, intitulado *Cuidai-o bem*, traduzido do francês por «um religioso da Companhia de Jesus», sem indicação de autoria ou de tradutor.

Ao atribuírem diversos adjetivos ao «leitor», os autores criavam condições de proximidade e intimidade, ainda que de maneira muito respeitosa e formal, com o sujeito que lia, do mesmo modo que estabeleciam uma aproximação simbólica a fim de garantir uma «conversa» que revelasse formas possíveis de compreensão do texto. Tal familiaridade com o leitor, poderia fazer deste um veículo de caridade para com o autor: «Se a obra te merecer agrado, (...) adverte que me não podes fazer maior elogio, do que pedires ao (...) Senhor me dê boa morte», apontava José da Madre de Deus; ou, como assinalou Manoel de Deus, em *Peccador convertido* [1728], «Pede a Deus graça, para tirares fruto, ainda de uma obra não imperfeita, e lembra-te de mim diante do mesmo senhor».

Portanto, ao se dirigirem retoricamente aos fiéis, os potenciais leitores, os autores criavam imagens ideais desse leitor ou leitores. Como destacou André Belo «se esta imagem do leitor corresponde exatamente à realidade ou não, é outra questão», pois, comumente, os autores antecipam os leitores «procurando condicioná-los». Desse modo, analisar esses mecanismos de «conversa» do autor com o leitor é uma das maneiras de estudar a leitura, ainda que indiretamente.⁵⁶

Essa referência dialógica ao «pio leitor» pode ser entendida como «estética da recepção», a teoria do efeito estético proposta pelo teórico literário alemão Wolfgang Iser, quando, na década de 1970, refletia sobre o *leitor implícito* no momento de concepção da obra, antecipando a possível recepção. Para Iser, «o leitor implícito não tem existência real; pois ele materializa o conjunto das preorientações que

⁵⁶ BELO, A., *História & Livro e Leitura*, 2ª. ed., Belo Horizonte, 2013, p. 55.

um texto (...) oferece, como condições de recepção, a seus leitores possíveis»,⁵⁷ predeterminando, dessa forma, uma interpretação prevista pelo texto. Em outras palavras, Iser demonstra como uma obra pode dirigir a leitura a partir da pressuposição do leitor do texto.⁵⁸ Na mente do autor se forma uma ideia de leitor, oferecendo determinados papéis aos leitores, e, no caso dos autores dos livros religiosos, eles acabavam por prever um leitor que desempenhava papéis sociais eminentemente religiosos, com condutas marcadas – ou dispostas à – pela moral cristã.

Refletindo sobre o caráter dinâmico da leitura e a «problemática da interpretação de textos», Renato Moscateli, apoiado em Roland Barthes, destacou que o indivíduo que lê constrói «uma rede de correspondências entre o que está sendo lido e suas próprias experiências anteriores». Nesse sentido, «o resultado da interpretação textual não seria somente a elucidação das intenções do autor, nem apenas os sentidos atribuídos pelo leitor ao texto, mas sim aquilo que o leitor compreendeu do que o autor quis dizer».⁵⁹ Mesmo considerando as diversas possibilidades de leitura e interpretações, baseadas nas referências culturais do indivíduo ou grupo que lê, conforme destacou Michel de Certeau (1994), há concepções e possibilidades de interpretação que são determinadas pelo texto, pelo autor, e estas concepções estão presentes nos manuais de devoção ora analisados.

4. RECOMENDAÇÕES E CONSELHOS DE LEITURA

Entre as recomendações e os conselhos de leitura estavam as advertências e as conduções que os autores realizavam nas páginas iniciais de suas obras. Nesse sentido, vale destacar que Eliane Fleck e Roberto Poletto realizaram um interessante estudo sobre como a leitura de prólogos, dedicatórias, aprovações, contracapas e apresentações de livros dedicados à divulgação de teorias médicas foram usados como elementos estratégicos por parte de autores para a condução do leitor, para o apontamento de «caminhos adequados de leitura» definindo, assim, a esperada recepção e visando à difusão de determinados conhecimentos científicos na Espanha e nos seus domínios coloniais.⁶⁰ As instruções aos leitores entendidas como advertências sobre o modo de ler e aproveitar a obra estavam contidas, em sua maioria, nos prólogos ou páginas iniciais – majoritariamente sem paginação – e dizem respeito ao modo como os leitores

deveriam realizar e conduzir sua própria leitura: devagar, com atenção, com consideração, com reflexão, com devoção, com muita devoção. A tônica dessas advertências dizia respeito ao *como* se devia ler e também ouvir, visto que, no período moderno era muito comum as leituras e audições em momentos diversos, como colóquios familiares, sermões, missas e momentos de estudos.⁶¹

Uma interessante recomendação de atenção na leitura pode ser encontrada na obra do jesuíta espanhol João Eusébio Nieremberg, *Diferença entre o Temporal e eterno* [edição portuguesa de 1692]: «mas o que só de ti pretende é atenção com que o leias; porque com este livro e com a lição dele crer aos novos brios para lançares fora de ti todo o veneno dos antigos vícios». No entanto, tal atenção deveria ir além da leitura, exigindo ainda meditação: «Neste livro se tratam pontos mais principais que há para reformar a vida de um Cristão. Os quais se não havia somente ler, mas meditar». A intenção do autor, ao realizar esta advertência de leitura, estava claramente calcada nos objetivos da Reforma Católica de garantia de novas vivências religiosas, declaradamente mais voltada à meditação e à busca pelo alcance da perfeição cristã que, impunham livrar-se dos vícios e *reformar* a própria vida. Antonio Castillo Gómez demonstrou o quanto, nos cárceres inquisitoriais da Espanha do século XVII, por exemplo, a leitura de livros religiosos poderiam não apenas consolar e distrair os presos, mas também os conduzir, por vontade própria, à prática da oração e meditação. A partir das memórias de um preso –Francisco de Enzimas– o historiador demonstrou que no cárcere, o desejo de meditar, de matar o tédio, de suportar o isolamento e de prover-se de alimento espiritual eram vontades manifestadas pelo próprio sujeito encarcerado.⁶²

As advertências que estabeleciam esses modos de ler pouco e devagar (e meditar) estavam, naturalmente, de acordo com o modo como a leitura era encarada na Europa moderna até o século XVIII. Estes modos de encarar a leitura parecer ter sido permanentes no período moderno. A título de exemplificação e comparação, no século XV, o frei franciscano espanhol Lope de Salazar Y Salinas dizia: «O leitor que lê a santa lição para a congregação precisa entender o que lê e ter devoção nisso, e ler desperto, claro, distinto, e constante nos pontos com suas devidas pausas, como quem tem prazer em entendê-lo. E não deve correr».⁶³ O ideal era ler pouco, mas reler com frequência, daí a

⁵⁷ ISER, W., *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*, Vol. 1, São Paulo, 1996, pp. 73-74.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ MOSCATELI, R., *Op. Cit.*, pp. 49-50.

⁶⁰ FLECK, E.C.D y POLETO, R., «'En este libro no hallo cosa que se oponga a los dogmas de nuestra Santa Fe ni a las buenas costumbres': um estudo sobre dedicatórias, prólogos e censuras em tratados de cirurgia e de medicina do Setecentos», *Varia História*, v. 29, n.º. 49 (jan/abr 2013), pp. 125-142. Sobre as recomendações (indicações) de leitura que diretores espirituais e confessores realizavam a pessoas devotas e penitentes, ver FREITAS CARVALHO, J., *Op. Cit.*, 2007.

⁶¹ Nesse sentido, consultar CHARTIER, R., *A mão do autor e a mente do editor*, São Paulo, 2014 e CASTILLO GÓMEZ, A., *Op. Cit.*, 2014.

⁶² CASTILLO GÓMEZ, A., *Op. Cit.*, pp. 96-97.

⁶³ CASTILLO GÓMEZ, A., *Op. Cit.*, 2014, p. 124.

constante indicação de que era salutar o leitor carregar o livrinho sempre consigo.⁶⁴ Jean-Jacques Rousseau, por exemplo, recomendava –através de um personagem do romance *A nova Heloísa*– que «o melhor seria ler pouco, mas digerir muito bem aquilo que se leu, para que o hábito de refletir se desenvolvesse inteiramente».⁶⁵ Roger Chartier chamou esse modo de ler de «leitura intensiva»,⁶⁶ quando os livros à disposição do leitor não eram muitos – embora significativos para o período – e a retomada e releitura eram constantes na vida dos letrados, principalmente dos religiosos. Eram os fiéis católicos que deveriam conhecer «de memória» orações, súplicas e modos de examinar a consciência com bastante propriedade. Esse modo de ler ou indicação de como os manuais deviam ser lidos, constante e morosamente, estava expresso no próprio recurso do livro impresso, seu suporte, seu formato, seu aspecto gráfico, uma linguagem para além da linguagem escrita.⁶⁷ Roger Chartier destacou ainda que o formato pequeno das obras impressas (não apenas religiosas) no século XVIII influenciava no *status* conferido ao livro ou a maneira de lê-lo, e até mesmo no modo como os autores passavam a considerá-los. «Uma nova legibilidade foi criada pelo formato, que tornou o livro mais fácil de carregar, e pelo *layout*, que resgatou alguma coisa do dramático senso de movimento».⁶⁸

Na obra *Peccador convertido* [1728], Manuel de Deus dizia: «mas não lerão muito de cada vez, senão o que bastar, para te mover ou à dor das culpas, ou a graças a Deus, ou a outros piedosos afetos».⁶⁹ Na continuidade, destacava: «Muitas mais coisas ensinam os livros espirituais para esta hora; eu me contento com que faças estas, e para que as faças, estuda este capítulo de memória».⁷⁰

Entre as recomendações e conselhos de leitura, para além das advertências, existiam as conduções. Entendemos aqui por condução de leitura a conversa do autor com o leitor no sentido de demonstrar quais práticas o leitor deveria incorporar ao ler e reler os manuais a fim de alcançar determinadas virtudes.

Entre as orientações e conduções de leituras, os autores destacavam justificativas do ato de ler e reler: alcançar a perfeição devota; aperfeiçoar-se moralmente; garantir o perdão dos pecados do escritor, uma vez que

lendo o fiel poderia glorificar e interceder, através da oração, pela remissão do autor; refletir sobre as virtudes divinas; imitar os santos; promover a paz na Igreja; auxiliar moribundos; manifestar as verdades da fé; desenganar a si próprio e a outros; inspirar bons sentimentos; instruir-se de modo geral sobre as virtudes necessárias para *bem viver e bem morrer*.

Muitos autores faziam rogativas ao leitor sobre o modo como deveriam ser lidos os manuais para melhor aproveitá-los em suas potencialidades religiosas e morais:

«*Eu te rogo pelo amor de Deus, que atendendo ao bom desejo, que tenho mostrado do teu aproveitamento em a santa devoção, para melhor te aproveitares, leias com reflexão as matérias seguidas por sua ordem, e que na presença de Deus te lembres nas tuas devotas orações de mim, miserável pecador, para que alcançando por teus rogos o perdão de meus pecados, mereça nesta vida alcançar a perfeição da vida devota, e na outra ver, e gozar o Senhor das misericórdias, a quem seja dada honra, e glória por todos os séculos dos séculos.*»⁷¹

A leitura atenta e reflexiva –*leias com reflexão*– era tomada como a melhor forma de aproveitar corretamente as orientações para a devoção plena e para a glória final, pois possibilitava o alcance, ainda nesta vida, da *perfeição da vida devota*. Além disso, uma leitura bem realizada, como mostra a citação acima, era capaz de conceder o perdão a terceiros, como o perdão dos pecados do escritor através da oração devota e piedosa do próprio leitor. O escritor, em postura de humildade, se auto-representava como pecador que dependia também da caridade do leitor, ou também como solicitante de piedade diante das possíveis falhas ou imperfeições que o livro poderia apresentar.

Este alerta dos manuais quanto aos benefícios espirituais que a leitura poderia promover diz respeito ao esforço reformador expresso por essas publicações. Segundo Evergton Sales, no início do século XVIII «a corrupção dos costumes na sociedade portuguesa era deplorada», de tal modo que «o exigente missionário franciscano Manoel de Deus» escrevia nos anos 1720 «fazendo referência à falta de caridade fraternal e ao triunfo da imodéstia».⁷²

⁶⁴ ABREU, M., «Diferentes formas de ler», *XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, INTERCOM*, Campo Grande, 2001. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Marcia/marcia.htm>. O termo «livrinho» chegou a meados do século XIX, quando, por exemplo, o fr. Antonio de Santa Maria Jaboatão, referindo-se ao livro *História da Vida, e Morte da Madre Sórora Victória da Encarnação*, de Sebastião Monteiro da Vida, dizia: «dos tais livrinhos se acham já hoje mui poucos; e como pequenos e avulsos, se podem perder e acabar-se com eles a sua memória». Apud, SOUZA, E.S., «O lume da Rosa e de seus espinhos: espiritualidade e piedade em D. Sebastião Monteiro da Vide», in: FEITLER, B. y SOUZA, E.S., *A Igreja no Brasil. Normas e Práticas durante a Vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, São Paulo, 2011, p. 65.

⁶⁵ MOSCATELI, R., *Op. Cit.*, 2003, p. 48.

⁶⁶ CHARTIER, R., *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna, séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro, 2002.

⁶⁷ BELO, *Op. Cit.*, 2013, p. 63.

⁶⁸ CHARTIER, *Op. Cit.*, 1992, p. 221.

⁶⁹ DEUS, *Op. Cit.*, 1728, p. 258, grifos nossos.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 259.

⁷¹ SANTÍSSIMA, *Op. Cit.*, 1828, p. x, grifos nossos.

⁷² SOUZA, E.S., «*Op. Cit.*», 2006, pp. 110-111.

A ideia de aperfeiçoar as virtudes e a vida devota era constantemente reforçada, especialmente naqueles manuais que imprimiam ênfase à devoção de determinado santo ou à invocação da Virgem. A leitura, nesse caso, era conduzida de modo que o leitor refletisse sobre as virtudes santas e divinas, procurando, ao máximo, imitá-las. Joseph de Barcia y Zambrana, em *Despertador Christiano marial de vários sermões de Maria Santíssima* [1727] destacava: «Estes sermões de Maria Santíssima à benéfico dos fiéis para que possam duplicar-se em devoção, amor e imitação da Rainha dos anjos, e pelo menos possam servir para estimular outras plumas de mais elevado vuelo à tratar dignamente das perfeições, e piedades de Maria». Antônio Marques Gomes, em *Corte Celeste* [1751], destacava rogativa ao leitor para aperfeiçoar suas devoções, alcançar indulgências e promover a paz na Igreja: «eu te peço pelas chagas de Jesus Cristo te disponhas a alcançar». Os autores indicavam também como se deveria proceder a leitura para um moribundo, ou indicavam ao leitor como, uma vez doente ou em estado de moléstia, deveria solicitar que fosse lido o manual. Atente-se para os conselhos de Manuel de Deus, na obra *Peccador convertido* [1728]: «Enquanto não estiveres nos últimos apertos, *pedirás que te leiam*, se não tiveres outro, neste livro, assim neste capítulo, como nos outros, em que se fala da excelência do amor de Deus, e do que padeceu nosso Jesus»⁷³.

Portanto, perceber as recomendações e os conselhos de leitura como mecanismos de diálogo e conversa do autor com o leitor no sentido de garantir determinadas interpretações dos manuais, significa entender que os escritores traziam conselhos, dicas e rogativas que atendiam suas expectativas de recepção das obras. Entre as recomendações, os manuais revelavam as concepções de leitura esperadas pelos autores em relação aos fiéis que deviam se apropriar dos discursos doutrinários e morais católicos com empenho e persistência. Valer-se sempre do livro, estudá-lo de memória, ler pouco de cada vez, tornar a ler sempre que possível, meditar sobre o texto lido, se dispor a dedicar algum tempo do seu dia à leitura e carregar sempre algum manual, estavam entre as muitas e várias formas de conselhos dos padres-autores aos fiéis-leitores.

5. OS JUÍZOS DOS PRÓPRIOS AUTORES SOBRE A RELEVÂNCIA DAS SUAS OBRAS

Os manuais de devoção eram representados, pelos autores, como livros muito úteis, preciosos, tesouros, além de práticos, simples e leves. Eram «livrinhos» oferecidos ao leitor como um «presente», como instrumentos muito eficazes de crescimento espiritual, como «lições» de doutrina e moral cristã. Tais obras expressariam os mais elevados ápices da perfeição cristã, sendo fundamentais para os religiosos e leigos seguirem o caminho da perfeição e da salvação.

O padre Pedro de Santa Clara no seu livrinho de pequenas mensagens intitulado *Amigo e conselheiro fiel que ensina a morrer e a viver* [1752] ajuizava o próprio livro como um amigo que devia ser estimado todos os dias: «Estima-o como amigo, e conselheiro, porque vives entre homens em maiores lances, e mais perigosas desventuras, que as que poderias temer, se viveras entre feras, e brutos: usa de uma para cada dia, semana, ou mês». Mas apontava no prólogo, também, para a importância da doutrina que trazia, independente do julgamento do leitor sobre a obra:

«Como escrevi só para mim, não devo dar-te satisfação, nem a razão, que tive para escrever estas máximas, cuja maior parte me ensinou a experiência. Mas se por desgraça for parar na tua mão este livrinho, lembra-te, quem quer que fores, das doutrinas, que te dá, e dos conselhos, que te ministra tão independente do teu louvor, quanto zeloso do teu bem.»

Já o capelão Gil Osório Odemira, em *Polyanthea angélica* [1752], julgava sua obra como notável e proveitosa – «tudo são realces e maravilhas que nesta (...) parte te ofereço» – de que o leitor não teria o «que criticar, mas muito que admirar», pois nele descobriria a «mina mais rica de tudo». Além disso, dizia oferecer ao leitor «mistérios tão sagrados» e «enigmas tão divinos» de modo que alertava, talvez como meio de evitar o recebimento de críticas: «não tens, leitor, [o] que me arguir, antes que louvar». Ao final do seu prólogo, alertava: «se te agradar da composição o novo estilo, farei muito por satisfazer à tua expectação, no seu restante».

O bispo Luis Abelly, em sua obra *As verdades principais* [1729], enfatizava, no prólogo, que os manuais servem de «testemunho irrefragável da excelência e da sublimidade» das verdades da fé cristã. Opinava ainda «que a verdade destes mesmos livros é algum modo necessária para satisfazer a diferentes engenhos, e atraí-los com maior facilidade ao estudo, e conhecimento das matérias pertencentes à sua salvação». Em relação ao grande número de autores «que neste século tem escrito sobre este assunto», Abelly considerava como «um sinal manifesto de que universalmente se trabalha para instrução do povo». Os autores dedicados à escrita de manuais de devoção eram considerados por Abelly como «operários evangélicos» da Igreja Católica. Percebe-se, assim, que os autores ajuizavam suas obras como sendo elementos importantes para *instrução* e conhecimento dos mecanismos necessários à salvação e à reforma das condutas religiosas e morais.

A publicação de literatura religiosa, em Portugal, era vista como meio eficaz de arregimentar fiéis e santificar as almas pecadoras. De modo geral, pode-se dizer que havia certa convicção de que Portugal – e também a América

⁷³ DEUS, *Op. Cit.*, 1728, p. 258, grifos nossos.

portuguesa— era um reino no qual a fé cristã predominava fortemente, fato que contribuía com o elogio e reconhecimento da importância da literatura religiosa, especialmente quando eram traduzidas para o português e vinham acompanhadas de notas do tradutor. O padre João Pacheco, ao traduzir *Desenganos místicos* destacava ser Portugal uma «nação tão devota e pia», a ponto de o livro ser considerado de fundamental importância «para os Diretores Espirituais, como para as almas, que desejam seguir o caminho da perfeição».

No início do século XVIII, já havia a certeza de que eram muitos e eficazes os manuais de devoção até então publicados, especialmente aqueles dedicados à oração mental. Arbiol, em *Desenganos místicos* [1746], destacava que eram «muitos e preciosos os livros» que expressavam com «singular método» os «ápices mais elevados da perfeição cristã». Citando inúmeros autores considerados autoridades máximas nas reflexões sobre teologia moral e oração mental, lembrava ainda a proliferação dessa literatura e dos seus autores: «cada dia se acham novos».

Nos prólogos os autores expressavam com grande ênfase as suas percepções e pareceres positivos sobre suas obras. Antônio Marques Gomes, em *Corte Celeste* [1751], conversava com seu leitor, expressando tanto o gosto pela constante retomada da leitura quanto a sua apreciação deste «tesouro tão precioso» ou «tão grande tesouro»: «Sabe benévolo leitor, que encontrado acaso esta Corte Celeste, lendo-a primeira, e segunda vez, assentei comigo, que não devia desprezar um tesouro tão precioso, e que se me oferecia a tão pequeno custo».

Havia autores que se auto-representavam como afetuosos ao oferecer a obra ao leitor como um presente eficaz na conquista da misericórdia divina, a exemplo do bispo de Cadiz, Joseph de Barcia y Zambrana, na obra *Despertador Christiano marial de vários sermões de Maria Santissima*, publicado em 1727, em Madri.

«Prossegue meu bom afeto (benigno leitor) dando-te neste *Despertador Marial* vários sermões de Maria Santíssima, nossa senhora, em suas festividades principais, e em outras da especial devoção dos fiéis, que com vários títulos imploram sua piedade, para conseguir por seu meio os benefícios da misericórdia de Deus.»

Os manuais de devoção, portanto, pelas mãos do autor ganhavam, obviamente, justificativas consideradas convincentes para a época, atribuindo ao livro e ao autor,

qualidades consideradas fundamentais ao sujeito (autor) e ao objeto (livro). Nas relações entre autores e seus leitores presentes nas «peças preliminares de um texto», como diz Chartier, os «significados atribuídos às obras dependiam em parte do ‘pórtico’ textual que levava o leitor para dentro do texto em si e que guiava (mas absolutamente não restringia) a leitura a ser feita dessas obras».⁷⁴

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os religiosos, autores dos manuais de devoção publicados em Portugal, fundamentalmente no século XVIII, aqui analisados, buscaram dialogar com seus potenciais leitores nos prólogos, justificando o texto, buscando a atenção e a complacência do leitor e estabelecendo metodologias de leitura ao realizarem inúmeras advertências sobre como poderiam se dar as leituras das obras.

Tem-se clareza de que a leitura pretendida pelo autor não evidencia a leitura, de fato, realizada pelo leitor, apenas a pressupõe. Dada a dinamicidade cultural e subjetiva da leitura, torna-se muito complexa a tarefa de apreender a leitura realizada, por parte de indivíduos ou grupos, das obras religiosas – exceto por marcas, indícios ou registros pessoais de alguns leitores – porém este não foi o objetivo deste texto. No entanto, pela condição de leitor que os próprios autores também ocupavam na sociedade católica portuguesa do século XVIII e pela sua proposição ao escrever referindo-se ao interlocutor, é possível apreender o leitor e a leitura ideal ou a leitura possível idealizada pelo autor no momento de sua escritura.

Já no século XVII, o filósofo francês René Descartes destacava que ler «seria buscar compreender a intenção do escritor contida no texto, e a boa leitura deveria acima de tudo alcançar aquilo que o autor *quis dizer*; quais foram suas pretensões pessoais, qual o sentido original de suas palavras».⁷⁵ Sem acreditar na determinação da leitura, na ausência do aspecto criativo e inventivo do leitor ou mesmo no «caráter todo-poderoso do texto»,⁷⁶ como dizia Roger Chartier,⁷⁷ procurou-se destacar os condicionamentos que os autores exerciam sobre os fiéis-leitores ao construírem suas recomendações e conselhos de leitura, indicando explicitamente os sentidos pretendidos do texto religioso e as intenções dos autores.

Os textos, os discursos dos manuais de devoção possuíam determinada sequência, e suas formas de organização interna eram pensadas para produzir no leitor

⁷⁴ CHARTIER, *Op. Cit.*, 2014, p. 11.

⁷⁵ Apud MOSCATELI, *Op. Cit.*, 2003, p. 51.

⁷⁶ Fernando Bouza também destacou que a figura do autor «há ido perdendo sus perfiles de creador todopoderoso que dominaba el texto de forma absoluta». Os leitores, passam a ser entendidos «como algo más que meros receptores de las ideas que les proponía un omnipotente autor, modificándose la clásica Idea de lectura hacia una forma de representación activa más que de pasiva recepción». BOUZA, F., *Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro*, Madrid, 2001, p. 21.

⁷⁷ CHARTIER, R., *A história cultural: entre práticas e representação es*, tradução de Maria Manuela Galhardo, Lisboa, 1990, p. 121.

determinados efeitos persuasivos.⁷⁸ Assim sendo, a pressuposição de leitura a partir da condução estabelecida pelo autor é possível, pois «existe uma maneira de contornar parcialmente estas dificuldades metodológicas colocadas pelo estatuto fugaz da leitura. Trata-se de prestar atenção a um outro polo que caracteriza o ato de ler: o controle e os enquadramentos de diverso tipo a que ele está sujeito».⁷⁹ Nesse sentido, por exemplo, Maria Lucília Pires, ao analisar a obra do padre Manuel Bernardes, destacava que «se sente quase sempre a presença implícita do público a quem se dirige»,⁸⁰ utilizando de linguagem específica, geralmente não dificultosa, visando a atingir um vasto público. A intenção última era influenciar os leitores levando-os à prática da virtude cristã. Para atingir tal objetivo de divulgação das mensagens cristãs-católicas de caráter doutrinário e moral – finalidades últimas desta literatura religiosa que denominamos manuais de devoção – autores esforçavam-se por garantir, em primeiro lugar, uma aproximação com o sujeito leitor, referindo-se ao mesmo como «pio», «devoto», «benigno», entre outros.

As recomendações e os conselhos de leitura visavam a alertar, advertir e conduzir o leitor não apenas em suas práticas de leitura, mas também nas possíveis apropriações das ideias religiosas contidas nestes manuais. As advertências quanto aos modos de ler frisavam preocupações em relação às práticas e, neste caso, as dualidades, implícitas, se faziam presentes: atenção/desatenção, vagarosamente/rapidamente, devoção/descrença, reflexão/imprudência. Nesse caso, a leitura pausada, incessante, lenta e atenta era a mais recomendada, de modo a permitir a memorização e talvez a recitação e transmissão para outras gerações.⁸¹

A condução da leitura relacionava-se às orientações de práticas devotas que justificavam a importância de se ler os manuais de devoção, os quais primavam pelo distanciamento que os fiéis deveriam guardar dos vícios e dos pecados, garantindo, assim, o perdão, o aprimoramento moral, a tranquilidade da consciência e a boa morte. Ao dialogarem com o leitor, os autores apontavam inúmeras dicas que reforçavam a importância da leitura e do conteúdo trazido nas obras (tanto das próprias, quanto dos textos de outros autores eventualmente citados) entendidos muitas vezes como exortações, instruções, exercícios, combates, desenganos, ensinamentos. Estes entendimentos dos autores eram os juízos que faziam dos próprios textos e de si mesmos, qualificando o teor da escrita e valorizando os significados que eles poderiam expressar. Em geral, «livrinhos» simples na forma, mas preciosos na expressão

do caminho da perfeição, que os próprios títulos também expressavam como *caminho da verdade* e *verdades principais*.

Diante das ponderações positivas que os autores buscavam expressar, é possível dizer que o público leitor ao qual se dirigia – pelo contexto ou pelo interesse sociorreligioso – compartilhava com os autores as prerrogativas de virtude, moral e santidade pregadas por eles e pela Igreja Católica no Antigo Regime. Além disso, os prólogos se impunham como ato comunicativo por meio dos quais os autores dos manuais usavam de seus recursos retóricos de persuasão e conduziam os leitores para adentro do processo do texto.⁸²

E, nesse sentido, como destacou Robert Jauss, o diálogo entre a obra e o leitor estabelecia-se, considerando a interação entre ambos a partir das experiências anteriores do sujeito leitor e de seu *horizonte de expectativas*. A concepção e a escrita dos manuais pressupunha o leitor, ainda que de modo *implícito*, como destacou Wolfgang Iser ao elaborar sua teoria do efeito estético da recepção. Havia, nas estratégias de escrita, evidentes intenções dos autores de construir processos interpretativos a partir de suas expectativas de recepção dos manuais e de suas próprias concepções de leitura e de possibilidades de apropriação dos discursos doutrinários e morais católicos. Este texto demonstrou algumas interpretações sobre estas intenções expressas nos prólogos.

FONTES

Biblioteca Nacional de Portugal

-ABELLY, L., *As verdades principais, e mais importantes da fé, e da justiça christã explicadas clara, e metodicamente segundo a Doutrina da Escritura, dos concílios, e dos padres, e doutores da Igreja [...]*, traduzido do italiano por Monsenhor Mucio Dandini, Lisboa, oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1729.

-*Cuidai-o bem. Ensina meio breve, fácil e seguro para se salvar*, traduzido de Francês em Português por um religioso da Companhia de Jesus, Évora, 1674.

-DEUS, M., *Catholico no templo Exemplar, e devoto [...]*, Lisboa, oficina de Miguel Rodrigues, 1730.

-GOMES, A. M., *Corte celeste, ou devoção mui agradável ao Nosso Divino Redentor, e Salvador Jesus Cristo, efficacíssima para conseguir especiais graças, e Bemaventurança. [...]*, Lisboa, oficina dos herdeiros de Antonio Pedrozo Galrão, 1751.

⁷⁸ BELO, *Op. Cit.*, 2014, p. 54.

⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁰ PIRES, M.L. G., *Op. Cit.*, 1980, p. 114.

⁸¹ CHARTIER, R., *Do palco à página*, *Op. Cit.*, 2002, p. 108.

⁸² Livrentemente inspirado em RUFFINATTO, A. *Op. Cit.*, p. 151.

- MADRE DE DEUS, J., *Avisos para bem morrer*, Lisboa, oficina de Manoel Coelho Amado, 1766.
- NIEREMBERG, J.E., *Diferença entre o Temporal e eterno* [...], traduzido de Castelhana em Português, Lisboa, oficina de Joam Galram, 1692.
- SANTA CLARA, P., *Amigo e conselheiro fiel, que ensina a morrer, e a viver, máximas e ditames cristãos, morais, e políticos*, Lisboa, oficina de Miguel Manescal da Costa, 1752.

Biblioteca Joanina, Universidade de Coimbra

- ARBIOL, A., *Desenganos mysticos para as almas detidas ou enganadas no caminho da perfeição* [...], tradutor na língua portuguesa Fr. Joam Pacheco, Coimbra, oficina de Luis Seco Ferreyra, 1746.
- Cuidados da morte e descuidos da vida, representados nas vidas dos santos, e santas, dos varões ilustres em virtudes, e Veneráveis Servas de Deus* [...], Primeiro Tomo, Lisboa, oficina de Francisco Borges de Sousa, 1761.
- ENCARNACIÓN, J.M., *Museo espiritual, manual de Señoras, para que en la diversion de el metro gusten las dulzuras de la devocion, y eviten la peligrosa ociosidad*, Sevilla, Imprenta de S. Diego, 1745.
- ODEMIRA, G.O., *Polyanthea angélica, ou Rosa mystica de Maria Sanctissima* [...], Lisboa, oficina de Joseph da Costa Coimbra, 1752.
- ZAMBRANA, J.B., *Despertador Christiano Marial de vários sermões de Maria Santissima*, [...], Madrid, 1727.

Referências bibliográficas

- ABREU, M., «Diferentes formas de ler», XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, INTERCOM, Campo Grande, 2001. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaio/Marcia/marcia.htm>.
- ALGRANTI, L.M., *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa (1750-1821)*, São Paulo, 2004.
- ÁLVAREZ SANTALÓ, L.C., *Así en la tierra como en el cielo. Libro e imaginario religioso en la España moderna*, Madrid, 2012.
- ARAÚJO, A.C., *A morte em Lisboa: atitudes e representações, 1700-1830*, Lisboa, 1997.
- BELO, A., *História & Livro e Leitura*, 2ª. ed., Belo Horizonte, 2013.
- BERTIN-ELISABETH, C., «Entre alchuetas y pícaros. Cómo se escribe, escondiéndola, la marginalidad en los prólogos», in ARREDONDO, M. S., CIVIL, P. y MONER, M. (Eds), *Paratextos en la literatura española (siglos XV-XVIII)*, Collection de la Casa de Velázquez (111), Madrid, 2009, pp. 179-196.
- BORGES, C.M., «Espiritualidade Mística na Península Ibérica – séculos XVI e XVII», *Locus*, v. 10, nº. 2 (2004), pp. 35-51.
- BORREGO, M.A.M., «Entre as fazendas da loja e os trastes da casa: os livros de agentes mercantis em São

- Paulo setecentista», in ALGRANTI, L.M. y MEGIANI, A.P., *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX)*, São Paulo, 2009, pp. 229-255.
- BOUZA, F., *Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro*, Madrid, 2001.
- CARDOSO, J.M.P., *O Canto da Paixão nos séculos XVI e XVII: a singularidade portuguesa*, Coimbra, 2006.
- CASTILLO GÓMEZ, A., *Livros e Leituras na Espanha do Século de Ouro*, tradução Cláudio Giordano, Cotia, SP, 2014.
- CERTEAU, M., *A fábula mística: séculos XVI e XVII*, v. 2, tradução Abner Chiquieri, Rio de Janeiro, 2015.
- _____, *A invenção do cotidiano: 1. As artes de fazer*, Petrópolis, 1994.
- CHARTIER, R., *A mão do autor e a mente do editor*, São Paulo, 2014.
- _____, *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna, séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro, 2002.
- _____, «Textos, impressão, leituras», in HUNT, L., *A nova história cultural*, trad. Jefferson Luiz Camargo, São Paulo, 1992, pp. 211-238.
- _____, *A história cultural: entre práticas e representações*, tradução de Maria Manuela Galhardo, Lisboa, 1990.
- DEAECTO, M., *O Império das Letras: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*, São Paulo, 2011.
- FLECK, E.C.D. y POLETTI, R., «‘En este libro no hallo cosa que se oponga a los dogmas de nuestra Santa Fe ni a las buenas costumbres’: um estudo sobre dedicatórias, prólogos e censuras em tratados de cirurgia e de medicina do Setecentos», *Varia História*, v.29, nº. 49, (jan/abr 2013), pp. 125-142.
- FLECK, E.C.D y DILLMANN, M., «Escrita, práticas de leitura e circulação de manuais de devoção entre Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX», *Revista História, Histórias*, vol. 2, nº. 4, (2014), pp. 44-60.
- _____, «Os sete pecados capitais e os processos de culpabilização em manuais de devoção do século XVIII», *Topoi, Revista de História*, v. 14, nº. 27 (2013), pp. 285-317.
- _____, «‘A Vossa graça nos nossos sentimentos’: a devoção à Virgem como garantia da salvação das almas em um manual de devoção do século XVIII», *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, nº. 63 (jan./jun. 2012), pp. 83-118.
- FREITAS CARVALHO, J.A., *Lectura Espiritual en La Península Ibérica (Siglos XVI-XVII). Programas, recomendaciones, lectores, tiempos y lugares*, Salamanca, 2007.
- ISER, W., *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*, vol. 1., São Paulo, 1996.
- _____, «O jogo do texto», in JAUSS, H.R. et. al., *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*, coordenação e tradução de Luiz Costa Lima, Rio de Janeiro, 1979.
- JAUSS, H.R., *A história da literatura como provocação à teoria literária*, São Paulo, 1994.

- _____, «Estética da recepção: colocações gerais», in _____ *et. al.*, *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*, coordenação e tradução de Luiz Costa Lima, Rio de Janeiro, 1979.
- JOBIM, J.L., «Literatura, teoria e história», *Ipotesi, Revista de Estudos Literários*, v. 5, nº. 2 (2001), pp. 71-80.
- JULIA, D., «Leituras e Contra-Reforma», in CHARTIER, R. y CAVALLO, G., *História da leitura no mundo ocidental*, São Paulo, 1999, pp. 79-116.
- MACHADO, D.B., *Bibliotheca Lusitana, Histórica, Crítica e Chronologica na qual se compreende a noticia dos autores portugueses e das obras que compuseram desde o tempo da promulgação da lei da graça até o tempo presente*, tomo IV, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759.
- MÁRQUES, J.V., «Sermones contra la autoridad: dos casos del siglo XVIII», in ÁVILA, J.R. (Ed.), *Estudios coloniales II*, Santiago, 2002, pp. 1-30.
- MARQUES, J.F., «A palavra e o livro», in AZEVEDO, C.M. (Dir.), *História Religiosa de Portugal*, v. 2, Humanismos e Reformas, Lisboa, 2000.
- MOSCATALI, R., «História Intelectual: a problemática da interpretação de textos», in LOPES, M.A. (Org.), *Grandes nomes da história intelectual*, São Paulo, 2003, pp. 48-59.
- PALOMO, F., «Anaqueles de Sacra Erudición: libros y lecturas de un predicador en el Portugal de mediados del siglo XVII», *Lusitania Sacra*, nº. 2, v.18 (2006), pp. 117-146.
- RIBEIRO, M.A y SANTOS, L., «A livraria da Fazenda Santa Cruz», in ENGENMANN, C. y AMANTINO, M., *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*, Rio de Janeiro, 2013, pp. 145-179.
- RORDRIGUES, C. y DILLMANN, M., «‘Desejando pôr a minha alma no caminho da salvação’: modelos católicos de testamentos no século XVIII», *História Unisinos*, 17 (1) (jan/abr 2013), pp. 1-11.
- RUFFINATTO, A., «El lugar del destinatario e del narratario en la picaresca. ¿Texto o paratexto?», in ARREDONDO, M.S., CIVIL, P. y MONER, M. (Eds.), *Paratextos en la literatura española (siglos XV-XVIII)*, Madrid, Collection de la Casa Velásquez (111), 2009, pp. 151-165.
- SANTOS, Z., «Luzes e espiritualidades. Itinerários do século XVIII», in AZEVEDO, C.M. (Dir.), *História Religiosa de Portugal*, v. 2, Humanismos e Reformas, Lisboa, 2000.
- SILVA, M.B.N., *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*, São Paulo, 2013.
- SILVA, I., *Dicionario bibliographico portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil*, Lisboa, tomo IV, 1860.
- SOUZA, E.S., «O lume da Rosa e de seus espinhos: espiritualidade e piedade em D. Sebastião Monteiro da Vide», in FEITLER, B. y SOUZA, E.S., *A Igreja no Brasil. Normas e Práticas durante a Vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, São Paulo, 2011, pp. 64-84.
- SOUZA, E.S., «Mística e moral no Portugal do século XVIII. Achegas para a história dos jacobeus», in BELLINI, L., SOUZA, E.S. y SAMPAIO, G. (Org.), *Formas de crer: ensaios de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XVI-XVIII*, Salvador, 2006, pp. 107-128.
- _____, «Jansenismo e reforma da Igreja na América Portuguesa», in *Atas do Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, Lisboa, 2005, pp. 01-10. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/evergton_sales_sousa.pdf. Acessado em 16 março 2016.
- SOUZA, L.M., *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*, 2ª. ed., São Paulo, 2009 [1986].
- VERRI, G.M.W., *Tinta sobre papel. Livros e leitura em Pernambuco no século XVIII, 1759-1807*, Recife, 2006.
- VILLALTA, L.C., «O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura», in SOUZA, L.M. (Org.), *História da Vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, São Paulo, 1997.
- ZILBERMAN, R., «Recepção e leitura no horizonte da literatura», *Alea*, v. 10, nº. 1 (Jun. 2008). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2008000100006&lng=en&nrm=iso; Acesso em 14 de dez. 2014.